

Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia

Mothering and Covid-19: gender inequality being reaffirmed in the pandemic

Fernanda Fochi Nogueira Insfran¹

Ana Guimarães Correa Ramos Muniz²

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho reafirmadas na maior crise sanitária vivida nos últimos cem anos: a pandemia por Covid-19. A partir da breve apresentação de iniciativas espontâneas de criação de rede de apoio – grupos de acolhimento nas redes sociais, rodas de mães, experiência de escuta psicológica – entendemos que somete o caminho coletivo, onde a sororidade se faz presente como forma de cuidado e resistência, pode levar à superação das desigualdades, intensificadas neste contexto pandêmico.

Palavras-chave: Maternagem; desigualdade de gênero; pandemia

Abstract

This article aims to reflect on gender inequality and sexual division of labor reaffirmed in the biggest health crisis experienced in the last hundred years: the pandemic by Covid-19. From a brief presentation of spontaneous initiatives in the creation of a support network - welcoming groups in social media, mother's circles, psychological listening experience - we come to understand that a collective construction, where sorority is present as a form of care and resistance, can lead to the overcoming of inequalities, intensified in this pandemic context.

Keywords: Mothering; gender inequality; Covid-19 pandemic

¹ Universidade Federal Fluminense, campus Santo Antônio de Pádua

² Instituto Federal Fluminense, campus Bom Jesus do Itabapoana



Introdução

Temos visto e vivido nos últimos tempos um recrudescimento da violência contra minorias, em grande medida fruto do avanço do conservadorismo fortemente sedimentado no tecido social brasileiro, especialmente a partir das Jornadas de Junho de 2013¹ e do golpe político-midiático-jurídico de 2016². Falando especificamente de mulheres (cis e transgênero), alguns especialistas acreditam que esse recrudescimento seja uma resposta ao crescimento das lutas feministas³ e que somente um olhar interseccional sobre os marcadores de desigualdade/ opressão/ exclusão - bem como uma educação crítica que nos livre de vez do analfabetismo político⁴ - poderá frear o agudizado desmonte de políticas sociais e direitos para minorias.

Enquanto este artigo é escrito por nós, mulheres-mães, vivemos a maior crise sanitária em 100 anos, a pandemia da Covid-19, que nos impõe um duro afastamento social e nos faz prescindir das nossas redes de apoio - escolas, creches, babás, avós, cuidadoras -, fundamentais à realização/ manutenção das nossas atividades de trabalho produtivo. Assim, nossa grande motivação e inspiração para escrever sobre maternagem na quarentena é a nossa própria condição de precariedade - ressaltando nossa consciência dos privilégios de classe e território que dispomos - e toda a vulnerabilidade que esse difícil momento tem imposto às mulheres-mães de diferentes raças, origens, classes, sexualidades⁵.

Desta forma, este artigo objetiva refletir sobre desigualdade de gênero e divisão sexual do trabalho a partir da perspectiva de autoras feministas, e propor caminhos coletivos – redes de apoio/ acolhimento – como forma de superação às

dificuldades que mulheres-mães já vivem no seu cotidiano e que foram intensificadas neste contexto de pandemia.

Para isso, realizamos uma pesquisa documental em relatos jornalísticos que nos apresentou algumas iniciativas espontâneas e/ou institucionais de criação dessas redes de apoio (para mães puérperas, para mães solo, para mães em situação de vulnerabilidade, para mulheres em relacionamentos abusivos, entre outras). Também decidimos apresentar iniciativas das quais participamos e o impacto destas nas nossas vidas antes e durante a pandemia. Escolhemos para isso o uso da narrativa como opção metodológica por entendermos “a importância da rememoração como forma de reconstrução de histórias de vida, tanto numa perspectiva individual quanto social”⁶. Assim, apresentaremos breves memórias escritas por nós, mulheres mães, identificadas apenas como narradora 1 e narradora 2.

Antes do isolamento/ afastamento social/ físico imposto pela pandemia da Covid-19, existiam muitas iniciativas presenciais. Com a necessidade de isolamento, multiplicaram-se ações virtuais, como rodas de mães e grupos de apoio organizados por mulheres vinculadas ou não a instituições sociais e/ou acadêmicas. Também despontam iniciativas gratuitas de apoio psicológico sendo realizadas por psicólogas/os sensíveis ao momento difícil que todas/os nós estamos atravessando. Portanto, apresentaremos brevemente algumas ações onde a sororidade se faz presente como forma de cuidado e resistência.

A maternidade pelo olhar feminista nas diferentes ondas

Escolhemos discutir, refletir e pensar as maternidades a partir de leituras feministas por ser esta uma luta de mais de 200 anos (que remonta à Revolução Francesa, passou por diferentes ondas e tem como marco o manifesto pelos direitos

da mulher, escrito em 1792 por Mary Wollstonecraft⁷), mas que ainda não é legitimada/ conhecida entre muitas mulheres e muito oprimida pelo patriarcado.

Associado à modernidade e ao advento do capitalismo e do socialismo, o feminismo atravessa gerações e se mantém aberto, flexível, dinâmico e, talvez por suas características peculiares quanto às formas de organização, tenha conseguido a proeza de chegar bem aos seus longevos duzentos e tantos anos se considerarmos como marco a Revolução Francesa.⁸

Assim, nesses mais de dois séculos de lutas por igualdade de gênero, os movimentos feministas (que são muitos) vêm sendo construídos através de ondas - surgidas a partir de determinados marcos históricos e sociais que culminaram em mudanças/ avanços sociais, econômicos e políticos para as mulheres ⁷ - e passaram por altos e baixos. A estruturação em ondas, bem como os nomes dados a esses períodos e quando eles ocorreram, não é consenso entre muitas autoras ^{9,10,11,12,13}. Contudo, grande parte das feministas brasileiras e estrangeiras trabalham com a perspectiva de que o movimento, iniciado no século XIX, contou com três ondas feministas, que em diferentes momentos históricos reivindicaram direitos sociais, políticos, sexuais e reprodutivos para mulheres. A maioria dessas reivindicações atendia aos interesses marcados pelos privilégios de cor e classe das mulheres brancas de classe média e alta, conforme nos mostram bell hooks¹², Angela Davis¹³, dentre outras feministas negras. De acordo com essas autoras, a segregação entre os movimentos feministas de brancas e negras ocorreu em todas as ondas e persiste ainda hoje em todo o mundo.

Faz-se necessário, portanto, estudar os feminismos interseccionais para compreender a complexidade de demandas que mulheres (cis e transgênero) de diferentes territórios, raças/etnias, classes, sexualidades, gerações têm ⁵. Esta luta, que teve como primeira grande bandeira a reivindicação do sufrágio feminino, é profundamente marcada por reveses e ataques (como o recente recrudescimento da

violência contra mulheres, fruto de um avanço do conservadorismo em muitos países do mundo ^{3,4}) que estão dificultando ainda mais a fundamental superação da desigualdade de gênero, que atrelada às desigualdades de raça/etnia e classe, são o único caminho para a construção de sociedades mais democráticas e igualitárias.

Tratando especificamente da maternidade e dos direitos reprodutivos, vemos que tais temáticas atravessam as teorias e discussões feministas de diversas formas em diferentes momentos da História.

Angela Davis¹³ nos mostra que ainda no século XIX, as feministas norte americanas reivindicaram pela primeira vez direitos reprodutivos. Foi um movimento que ficou conhecido como “maternidade voluntária” e reivindicava o direito ao controle de natalidade, ou seja, que as mulheres pudessem ter autonomia sobre seus corpos e o direito de se recusar a satisfazer os anseios sexuais dos maridos. Na época, tal manifestação foi escandalosa e audaciosa e somente quase um século depois, na década de 1970, as norte americanas conseguiram ampliar a discussão, denunciando as esterilizações abusivas (feitas principalmente em mulheres negras, porto riquenhas ou indígenas e pobres) e aprovando o aborto legal. Vemos, portanto, que a luta pela emancipação feminina - que sempre passa pela autonomia sobre seus corpos e conhecimento sobre seus direitos reprodutivos, entre os quais incluímos o aborto legal e políticas públicas de contracepção - vem de longe e em alguns países e culturas ainda não chegou.

A maternidade foi compreendida e valorizada de diferentes maneiras em cada onda feminista. A chamada primeira onda se estendeu até quase meados do século XX e foi definida por algumas autoras como feminismo igualitarista porque defendia majoritariamente os direitos civis e ainda não era questionava o papel que a

maternidade exercia sobre a vida das mulheres ⁹. Sobre isso, Vásquez ¹¹ aponta que Paulina Luisi, uma conhecida sufragista uruguaia do início do século XX, buscando adesão das mulheres do seu país ao movimento, chegou a declarar que o feminismo defendido por ela não queria que a mulher substituísse o homem, abandonasse as alegrias da maternidade, sua casa e seus filhos. Queria apenas que as mulheres tivessem uma personalidade que fizesse delas esposas reflexivas e mães conscientes. Talvez por isso algumas autoras caracterizem essa onda feminista como maternalismo ^{7,11}.

Vásquez¹¹ também afirma que o feminismo de Bertha Lutz (feminista sufragista brasileira do início do século XX) era considerado um “feminismo bem comportado”, por voltar-se aos anseios das mulheres de classe média e alta: os direitos políticos. Em contrapartida, o “feminismo mal comportado” estaria preocupado com questões das mulheres trabalhadoras de baixa renda, que sofriam com as extensas jornadas de trabalho e abusos/ assédios ¹¹. Essa segregação do movimento e descaso com os marcadores de classe e raça foram alvo de muitas críticas das feministas da segunda onda, que também criticavam a percepção ahistórica da maternidade e do papel desta na opressão sofrida pelas mulheres. Para muitas autoras feministas, como Carole Pateman¹⁴, a instituição família e o contrato de casamento seriam os responsáveis diretos pelas restrições à autonomia das mulheres.

Biroliz e Scavone¹⁰ explicam que as feministas da segunda onda entendiam que a maternidade impunha às mulheres limitações que são próprias de um determinismo biológico que devemos refutar. Assim, inspiradas em obras como “O segundo sexo”, publicado em 1949 por Simone de Beauvoir e considerada obra que

inaugura a segunda onda⁹, muitas feministas passaram a considerar a maternidade como

um *handicap* (defeito natural) que confinaria as mulheres em uma bio-classe. Logo, a recusa da maternidade seria o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla, mais completa e, também, pudessem reconhecer todas suas outras potencialidades.¹⁰

Este movimento, também conhecido como feminismo centrado na mulher, valorizava a livre escolha da maternidade e eclodiu na Europa nos anos 1970, onde na França, por exemplo, teve como máxima a expressão “*un enfant, si je veux, quand je veux*” [“*uma criança se eu quiser, quando eu quiser*”]¹⁰ Nos Estados Unidos, o movimento também teve forte influência na legalização do aborto e disseminação de métodos contraceptivos¹³.

Após esta fase, entendida por alguns como feminismo radical, o movimento passou a se perguntar se as mulheres gostariam ou aceitariam ser definidas sem a maternidade, mutiladas num aspecto que lhes conferia identidade. Assim, surge um novo momento no feminismo, onde “*a maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam*”¹⁰. Algumas autoras entendem que este movimento é parte da terceira onda e se inspira no feminismo da diferença^{9,10}.

Segundo Rohden¹⁵, o feminismo da diferença especialmente no Brasil, ganha uma outra perspectiva quando na década de 1990 teólogas católicas se aproximam de militantes feministas e se apropriam dessa concepção de diferença, de valorização da mulher e de suas especificidades. Surge aí uma perspectiva ecofeminista e do sagrado feminino, que passa a ver a mulher como salvadora ecológica - distante da destruição industrial e mais próxima da natureza¹⁵.

Finalizando este tópico, entendemos, a partir de Scavone¹⁰, que a reflexão feminista traz enorme contribuição para a compreensão da maternidade enquanto fenômeno social, ultrapassando o determinismo biológico que até meados do século XX dominava. A autora considera que a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais pelas feministas contemporâneas propiciou abordar a maternidade através de suas múltiplas facetas: tanto como símbolo de realização feminina e poder das mulheres, como de opressão destas e dominação de um sexo pelo outro ¹⁰. Portanto, é incontestável a contribuição do feminismo para a desnaturalização da maternidade.

Trabalho produtivo X reprodutivo: divisão sexual do trabalho e o peso acirrado das desigualdades na pandemia

Estudiosos brasileiros das desigualdades de gênero ^{3,5,7,8} nos apresentam dados históricos que justificam a necessidade de nos empenharmos em discutir, desvelar e desconstruir aspectos culturais, sociais, institucionais que geram e legitimam toda a opressão vivida pelas mulheres. Apesar das lutas seculares por direito a voto, acesso à educação, igualdade de direitos e deveres no matrimônio/ no divórcio e no cuidado com os filhos, direitos reprodutivos (que inclui a legalização do aborto), ainda temos pífia participação nas decisões políticas e somos econômica e socialmente menos privilegiadas do que os homens, em média.

Algumas autoras ^{5,16} entendem que a primeira opressão de classe do mundo se deu com a divisão do trabalho entre homem e mulher na monogamia. Essa divisão sexual do trabalho é a principal responsável pela desigualdade de gênero a qual somos submetidas. As obrigações no âmbito doméstico, também chamado de trabalho reprodutivo⁵ e vistas pela sociedade como majoritariamente de responsabilidade das mulheres, impõem renúncias às outras esferas da vida. O

trabalho não remunerado (não produtivo, apenas reprodutivo) realizado no lar além de ser desvalorizado ou subvalorizado, limita ou impossibilita a mulher de se dedicar a um trabalho bem remunerado e amplia a possibilidade do marido/ companheiro dedicar mais tempo ao trabalho e/ou ao lazer^{17, 18}.

Biroli ^{5,7} explica que a sobrecarga de trabalho das mulheres é fruto de uma percepção convencional (e por que não dizer biologizante?) da divisão de papéis sociais femininos e masculinos, cabendo às mulheres o cuidado com filhos pequenos e com afazeres do lar. Culturalmente, homens e mulheres foram educados para aceitar e reproduzir a opressão sexista. Segundo hooks¹⁹, mesmo em lares sem membros masculinos, *“as crianças aprendem a valorizar as regras autoritárias através de suas relações com as mães e outros adultos, bem como da rigorosa aderência aos padrões comportamentais definidos de modo sexista”*¹⁹.

Ressaltamos a importância de refletirmos sobre a situação de opressão das mulheres brasileiras a partir dos importantes marcadores interseccionais de raça/etnia e classe. Trazemos aqui as reflexões de duas mulheres mães, parlamentares e militantes dos direitos das mulheres: Marielle Franco²⁰ e Manuela D’Ávila²¹. Ambas fizeram considerações importantes sobre os golpes que temos sofrido no Brasil nos últimos anos e os impactos deles na vida das mulheres, principalmente das mulheres negras e pobres.

Pouco antes de ser assassinada em março de 2018, Marielle escreveu um artigo onde fez algumas reflexões sobre o golpe político midiático que tirou do poder a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e denunciou:

Não por acaso, seu impeachment revelou logo a sua faceta patriarcal, com ameaças cotidianas às conquistas históricas dos movimentos de mulheres e feministas. (...) Com a falácia da narrativa de ‘crise econômica’, busca-se

derrubar os direitos conquistados e uma vez feito, nós, mulheres negras, estaremos ainda mais vulneráveis à violência e ao racismo cotidiano.²⁰

As “contrarreformas” iniciadas ainda nos governos petistas, intensificadas nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (desde 2019) impactaram principalmente as mulheres trabalhadoras que terão aumento do tempo de contribuição previdenciária (com a reforma da previdência aprovada em 2019) e terão que trabalhar, portanto, mais tempo em dupla/ tripla jornada. As mulheres, principalmente negras e pobres, já sofrem o impacto da redução de direitos e assistência com a precarização das condições de trabalho a partir da reforma trabalhista e das flexibilizações/ terceirizações do mercado de trabalho. Além disso, os cortes em áreas fundamentais como saúde, educação e assistência social impactam diretamente as mulheres que terão menos acesso a creches, às políticas compensatórias (como o Bolsa Família) e a oportunidades de estudos e qualificação ^{20,21}.

Daí a importância de entendermos a crise brasileira (que já era política/ econômica e agora é também sanitária) conforme propõe Manuela D’Ávila, pela perspectiva de gênero: fica evidente por tudo o que foi apresentado acima que “a *diminuição do Estado numa sociedade machista é uma punição a mais para nós, mulheres*”²¹. Fica claro, portanto, que numa sociedade marcadamente sexista e conservadora como a nossa, o trabalho reprodutivo, majoritariamente realizado por mulheres, é desvalorizado e invisibilizado.

E como lidar com tudo isso em tempos de pandemia, onde o cuidado doméstico e o âmbito privado ganharam novo status?

A dura realidade que se impõe a todos/as com o isolamento social/ físico - única medida segura de controle da pandemia encontrada até agora - além de gerar

uma grave crise econômica no mundo todo, tem causado sobrecarga na saúde mental de grande parte da população mundial, sobretudo nas mulheres^{22,23}.

Sobre os aspectos econômicos, as mais fragilizadas são as mulheres mães de grupos mais vulnerabilizados (negras, pobres, mães solo e/ou em condições precárias de trabalho e existência), que estão desde o início da pandemia recebendo apoio de grupos de ativistas que recolhem doações de mantimentos e dinheiro para ajudá-las a sobreviver com suas famílias neste momento em que muitas perderam suas fontes de renda. Dezenas de iniciativas podem ser encontradas. O projeto “Segura as curvas das mães”, por exemplo, realizado pelos Instituto Casa Mãe e Coletivo Massa buscou assegurar alguma renda para auxiliar mães solo²⁴. A Central Única das Favelas idealizou a campanha “Mães da Favela” que objetiva criar um fundo solidário para ajudar mães em comunidades de todo o país ²⁵.

Segundo dados do IBGE de 2018, 11 milhões de famílias com crianças até 14 anos são chefiadas por mulheres²⁶. A pesquisa do Data Favela e do Instituto Locomotiva mostra que 5,2 milhões de mães vivem em favelas brasileiras ²⁵. Muitas dessas mulheres dependem exclusivamente da ajuda de projetos como o “Segura as curvas das mães”²⁴ ou o “Mães da Favela”²⁵, pois apesar de terem direito ao auxílio emergencial pago pelo Governo Federal muitas denunciam não terem recebido ^{27,28}.

Assim, como explicaram Marielle Franco²⁰ e Manuela D’Ávila²¹, a ausência (ou diminuição) de políticas públicas sempre foi um obstáculo a mais na vida de milhões de mulheres²¹. É nesse vácuo que entram as ações solidárias de apoio econômico e emocional que já existiam antes da pandemia (como a Rede Maternativa²⁵) e que se tornaram imprescindíveis neste momento.

Grupos de apoio às mulheres mães: sororidade e resistência frente à desigualdade de gênero

Neste tópico buscaremos apresentar brevemente algumas iniciativas de apoio e acolhimento emocional às mulheres mães em sofrimento. Conforme vimos nos tópicos anteriores, machismo, sexismo, conservadorismo e capitalismo tendem a sacrificar mais as mulheres do que os homens, devido a imposição de papéis sociais que atribuem longas e exaustivas jornadas de trabalho reprodutivo às mulheres concomitantemente ao trabalho produtivo (pior remunerado que o dos homens) realizado.

Em tempo de pandemia, essas atividades são ainda mais exaustivas ^{22,23,29}, visto que muitas mulheres mães deixaram de contar com preciosas redes de apoio (formada majoritariamente por outras mulheres), escolas e/ou creches. Atentas a isso e vivendo essa nova realidade de afastamento/ isolamento social/ físico, apresentamos aqui algumas iniciativas espontâneas e/ou institucionais de acolhimento das quais participamos como mulheres mães, psicólogas e pesquisadoras.

Como iniciativas espontâneas, encontramos dezenas de grupos de mães existentes em redes sociais como Facebook e Whatsapp, que já existiam antes da pandemia: grupo de mães puérperas; grupo de amamentação; grupo de introdução alimentar de bebês; grupo de mães esquerdistas; grupo sobre maternidade e trabalho - somente para citar alguns temas que já são discutidos por milhares de mulheres mães desde o advento das redes sociais.

Outras iniciativas, organizadas por profissionais liberais, acadêmicas e militantes de movimentos feministas, buscaram criar grupos de estudos - a Roda de Mulheres Marielle Vive! ³⁰, criada um dia antes do assassinato da vereadora Marielle

Franco em março de 2018 é um exemplo – e rodas de mães com o objetivo de servir de espaço de empoderamento, trocas e apoio mútuo. Muitos grupos de estudos e rodas de mães eram realizados presencialmente até março de 2020 e passaram a acontecer virtualmente após o afastamento social.

Falando especificamente de uma roda de mães da qual participamos, percebemos que quando acontece presencialmente a frequência de encontros era menor (a cada seis semanas) e o grupo de Whatsapp tinha mera função organizativa. Após a pandemia, a demanda por encontros aumentou (estes têm ocorrido a cada 10 ou 15 dias) e o grupo de Whatsapp têm servido para trocas importantes, onde as participantes se sentem confortáveis para expor seus medos, angústias, inseguranças, dúvidas, sentimentos positivos e negativos relacionados ao turbilhão que nos acomete com a chegada da pandemia da Covid-19.

Outra iniciativa muito importante de profissionais de saúde mental - principalmente psicólogos/as³¹ - foi o oferecimento de serviços de escuta para acolher pessoas com as mais diversas queixas: crises de ansiedade e de pânico; dificuldades para dormir; problemas de relacionamento/ relação abusiva; ideação suicida; etc. Um desses serviços, oferecido gratuitamente por psicólogos/as e psicanalistas através do site da rede Relações Simplificadas³², recebe majoritariamente mulheres (69% segundo dados dos organizadores desta rede). As iniciativas se multiplicam pelo país e tem se mostrado fundamentais enquanto apoio psicológico que muitos usuários desses serviços jamais tiveram acesso por pertencerem às camadas mais pobres da população para as quais as políticas públicas de saúde mental - bastante sucateadas - nunca chegaram.

Apresentamos abaixo nossas memórias (cognitiva e afetiva) das experiências vivenciadas antes e durante a pandemia nos grupos de apoio dos quais fizemos/fazemos parte. Escolhemos essa metodologia por acreditarmos na força da tradição oral vinculada à escrita e por esta possibilitar transmitir a(o) leitor(a) nossa percepção como pesquisadoras participantes de que as desigualdades de gênero se fazem presentes em muitas das experiências compartilhadas pelas mulheres mães com as quais dividimos nossas histórias de vida.

Narradora 1:

Eu jamais imaginara que precisaria de uma rede de apoio até precisar de uma. Na realidade, “rede de apoio” ainda me soava estranho até ser apresentada a um grupo de puérperas. Eu havia tido meu bebê fazia alguns dias e não entendia (ou aceitava) a gama de sentimentos (negativos, em grande parte) que tomavam conta de mim.

Em busca de auxílio de “uma mãe mais experiente”, conversei com Fernanda. Ela, prontamente, exaltou a importância de grupos de apoio, especialmente a mães, e me narrou a própria experiência de ter feito parte de um grupo quando ainda amamentava. Em algumas horas, fui apresentada, ainda que virtualmente, à administradora de um grupo de WhatsApp e, quase que automaticamente, era a mais nova participante de um grupo de mais de vinte mulheres que haviam passado ou ainda passavam pelo mesmo momento que eu.

Naquele grupo, eu chorei com cada palavra digitada. Palavras, escritas em caixa alta, gritavam meu desespero de não saber o que fazer. Ali, muitas mulheres-mães me consolaram. Outras pediam para que eu as ouvisse em particular e contavam detalhes de um desespero afim. Aquele grupo me tranquilizava e atenuava

em mim algo que parece nascer com a maternidade: a culpa. Através daquele encontro, real ainda que virtual, eu me vi, poucos meses depois, fazendo o mesmo que fizeram comigo: acolhendo mães recém-paridas, recém-chegadas e em desespero como eu havia sido encontrada.

É verdade que a maternidade se apresenta de maneiras diversas. Contudo, uma forma nos é análoga: mães carecem de suporte. Precisam por serem mulheres em uma sociedade ainda machista, porque suas jornadas de trabalho são quase infundáveis. Necessitam de apoio porque são pessoas com necessidades muitas vezes não contempladas em um mundo que vive a normose de mães serem quase sobrehumanas. Não somos.

Narradora 2:

Apresento aqui brevemente as minhas percepções sobre as experiências compartilhadas (por mim e outras mulheres) nos grupos de Whatsapp de mães dos quais participo; das rodas de mães que facilitei como psicóloga, pesquisadora e mãe; dos grupos de estudos feministas; e da experiência de escuta psicológica de mulheres em relações abusivas.

A busca pelos grupos de apoio no Facebook se deu quando meu filho tinha menos de um mês de vida, hoje ele tem 3 anos, e eu sentia uma profunda solidão e muita insegurança em como proceder nos cuidados com ele e na amamentação, que não me parecia estar evoluindo bem. Depois de um desabafo público no Facebook, duas amigas me enviaram mensagens privadas me indicando um grupo de amamentação, chamado Matrice, onde muitas mulheres trocavam experiências sobre

amamentação em livre demanda (que era a forma que eu tinha escolhido, mas que estava sendo criticada pelo pediatra do meu filho e por familiares que acreditavam que o saber médico deveria ser mais valioso que as leituras que fiz). As postagens das outras mães me ajudaram muito a não me sentir mais tão sozinha, pois muitas relataram estarem vivendo (ou terem vivido) algo muito semelhante, que passa necessariamente pelo sexismo entranhado na nossa cultura, pois as mães em puerpério, principalmente do primeiro/a filho/a, costumam se sentir muito desqualificadas e criticadas por mulheres mais velhas - sejam elas próximas ou desconhecidas.

A partir dessa experiência de maternagem e de muitas outras situações vividas (pessoal, social e politicamente) atravessadas pela cultura machista, organizei com amigas um grupo de estudos sobre feminismo - a Roda de Mulheres Marielle Vive! - e decidi pesquisar mais sobre o tema, que culminou em um projeto de pós doutorado sobre maternidades e feminismos interseccionais, já que todas as experiências vividas com a maternidade, apesar das dificuldades inerentes, reafirmavam para mim o tempo todo os privilégios que carrego.

Como atividade vinculada ao pós doutorado, organizei uma roda de mães que objetivou troca de experiências e construção de redes de apoio. Com ajuda das redes sociais e o apoio de uma amiga psicóloga, mobilizamos oito mães (conhecidas e desconhecidas, todas casadas, todas de classe média e moradoras da zona sul e zona oeste do Rio de Janeiro) a participarem mensalmente dessa atividade presencial, iniciada em fevereiro de 2020 e que foi interrompida pela pandemia. O que mais me chamou atenção nas falas das participantes dos dois únicos encontros realizados foi a sensação de solidão presente até quando rodeadas de familiares e

amigos/as. Solidão fruto da incapacidade de serem compreendidas por estes entes queridos nas suas inseguranças, culpas, frustrações... Falas que se complementavam, que ecoavam exaustão por se sentirem tão mais responsáveis pelas crianças que geraram do que seus companheiros... E eu sempre a me perguntar: por que raios sentimos tanta culpa?

E veio a pandemia... E o desespero tomou conta nas duas primeiras semanas, quando eu não tinha ideia de como lidar com o trabalho remoto e em paralelo atender às demandas de uma criança cheia de energia trancada dentro de um apartamento... E novamente meus privilégios (inclusive de ter um companheiro que acredita e exercita a igualdade de gênero) me consumiam e eu pensava: e as mães com dois ou mais filhos? E as mães solo? E as que têm trabalhos que não podem ser exercidos remotamente e agora ficaram sem renda? E as que vivem relações abusivas?

Decido colaborar numa roda de mães virtual, como uma das facilitadoras, ao mesmo tempo em que começo a fazer atendimentos de escuta psicológica. Os sentimentos percebidos nas minhas próprias experiências e nas compartilhadas por outras mulheres permanecem: solidão, exaustão, desespero, insegurança, frustração e culpa. Tanto na roda de mães quanto nas escutas psicológicas, percebo que as mulheres naturalizam a divisão sexual do trabalho, responsável a meu ver por todos os sentimentos negativos que cito acima... Naturalizam também o machismo, muitas vezes. Entre abril e junho de 2020, 95% das pessoas que atendi em um serviço de escuta psicológica voluntário eram mulheres, dentre as quais a maioria passando por crise de ansiedade e pânico, porém grande parte sem relação direta com a pandemia e o isolamento social. Muitas escutas que fiz estavam relacionadas com dificuldades nas relações afetivas, que pelo relato das mulheres, eram abusivas. Duas mulheres

que escutei estavam com crise de pânico porque decidiram se separar no meio da pandemia, para colocar um ponto final em relacionamentos abusivos. Nas rodas virtuais, chamam-me a atenção alguns relatos de mulheres mães que se sentiram humilhadas e desvalorizadas por seus companheiros; que naturalizaram traições; que se mostraram compreensivas até quando eram agredidas verbal e moralmente... Mas que também souberam romper com o ciclo vicioso do machismo, que humilha, violenta e mata todos os dias.

Experiências difíceis e muito marcadas pelos arraigados machismo e sexismo, que me fazem refletir: o que seria de nós sem a sororidade e a escuta empática?

Considerações finais

Apoiar: sustentar, amparar, firmar, auxiliar, ajudar. Todos esses verbos e outros tantos afins são capazes de confortar um indivíduo. Contudo, em se tratando de mulheres-mães, apoiar pode ser sinônimo de salvar, especialmente em um período tão desarranjado pelo qual temos vivido: uma pandemia que instaurou caos e medo desde o físico à alma.

A situação extrema que estamos vivendo tem gerado muitas reflexões nos campos da saúde, economia, política, direitos humanos. Mas não podemos perder de vista que, apesar de toda essa reflexão as opressões contra mulheres seguem potencializadas pelo avanço conservador na política e nos costumes. Assim, a luta feminista por igualdade de gênero não pode esmorecer.

O trabalho reprodutivo (de manutenção e cuidado) que sempre foi fundamental, nesse momento de crise sanitária é prioritário para a sobrevivência.

Porém, segue sendo desvalorizado. Assim, não podemos aceitar/ naturalizar a sobrecarga de tarefas, fruto da injusta divisão sexual do trabalho, acompanhada da histórica desvalorização dessas tarefas.

Mulheres-mães se encontraram e se apoiaram. E ainda se apoiam, mesmo que virtualmente devido à suspensão dos encontros presenciais devido à necessidade de afastamento físico/social. Este artigo apresentou a relevância de tais encontros e relata a experiência de narradoras, também mulheres-mães, que acolheram e foram acolhidas através de uma rede.

Importante ressaltar que apresentamos aqui as nossas percepções enquanto mulheres-mães-feministas que gozam dos privilégios de classe, raça, território, escolaridade e sexualidade. Muitas das mulheres que compartilharam suas experiências conosco não comungam dessa visão, algumas naturalizam o sexismo e a divisão sexual do trabalho, restando a elas a culpa por não estarem dando conta de todas as tarefas que se acumulam nesse isolamento social forçado.

Porém, enxergamos nas ações coletivas, fruto de iniciativas espontâneas e/ou institucionais, um horizonte para a superação da desigualdade de gênero. Nos grupos, sejam eles virtuais ou presenciais, milhares de mulheres têm podido refletir sobre suas vivências cotidianas e questionar os valores sexistas forjados por suas famílias e pela sociedade como únicos e insubstituíveis. Não desanimemos! A luta por igualdade de gênero é coletiva e se apoia nessas redes, que pouco a pouco vão desconstruindo as tramas do patriarcado.

Referências

1. Boulos G. A onda conservadora. In: Demier F, Hoeveler R, editores. *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad; 2016. 29 - 32.
2. Frigotto G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: UERJ; 2019.
3. Demier F. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: Demier F, Hoeveler R, editores. *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad; 2016. 9-24.
4. Castro, M G O golpe de 2016 e a demonização de gênero. In Rubim, L. e Argolo, F. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EdUFBA; 2018. 127-145.
5. Biroli, F. *Gênero e desigualdades – limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; 2018.
6. Sousa, MGS, Cabral, CLO. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. *Horizontes*. Campinas, v. 33, n. 2; jul./dez. 2015. p. 149-158.
7. Biroli, F. *Justiça e família*. In: Miguel, LF, BIROLI, F. *Feminismo e política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; 2014.
8. Gonçalves, E, Tropaia, PV, Tosta, TLD, Vannuchi, ML, Souza, MF. *Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais*. In Tropaia, PV, Tosta, TLD, Gonçalves, E, Vannuchi, ML, Souza, MF, organizadores. *Mulheres trabalhadoras: (in)visíveis?* 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço; 2016. 19-38.
9. Costa, AA. *O Movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*. In: Piscitelli, A et al. *Olhares feministas*. Brasília: imprensa oficial; 2009.
10. Scavone, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16; 2001. 137-150.
11. Vasquez, MLO. *Feminismo, eugenia e maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira*. *Fronteiras*. Dourados, v.14, n.25; 2012. 55-68.
12. hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes; 2013.

13. Davis, A Y. Mulheres, raça e classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo; 2016.
14. Pateman, C. The sexual contract. Stanford, Stanford University Press; 1988.
15. Rohden, F. Feminismo do sagrado: uma reencenação romântica da diferença. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 4, n.1; 1996. 96-117.
16. D’Altri, A. Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias. *Lutas sociais*. n.27. São Paulo, 2o sem 2011.
17. Fernandes, MP. Mulheres que furam a onda: vozes dissonantes em um Brasil machista. In: Demier F, Hoeveler R, editores. *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad; 2016.
18. Sorj, B. Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 24, n. 2; ago. 2016. 617-620.
19. hooks, b. *Teoria Feminista: Da margem ao centro*. 1.ed. São Paulo: Perspectiva; 2019.
20. D’Ávila, M. *Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência*. Caxias do Sul: Rio Grande do Sul, Belas Letras; 2019.
21. Franco, M. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasma. In: Rubim, L., ARGOLO, F, organizadores. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EdUFBA; 2018.
22. Freitas, RCS, Almeida, CCL, Lole, A. As mulheres e a pandemia da COVID-19 na encruzilhada do cuidado. In: Lole, A, Stampa, I, Gomes, RLR, organizadores. *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. E-book. Mórula Editorial; 2020.
23. Folha de São Paulo. Sobrecarga psicológica afeta mais as mulheres na pandemia, dizem estudos. 14 abr 2020. [acesso em 12 jun 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/sobrecarga-psicologica-afeta-mais-as-mulheres-na-pandemia-dizem-estudos.shtml>
24. Entrevista Radis. Entrevista: projeto apoia mães solo durante a pandemia da Covid-19. In: Informe ENSP. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Publicada em 21 mai 2020. [acesso em 12 jun 2020]. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48990>
25. Silva, VR. Redes geram apoio para mães durante a pandemia. *Gênero e número*. 10 de mai 2020. [acesso em 13 jun 2020] Disponível em:

<http://www.generonumero.media/redes-geram-apoio-para-maes-durante-pandemia/>

26. IBGE. PNAD (Pesquisa Nacional por amostragem domiciliar) Contínua; 2018.
27. Carvalho, PL. O auxílio emergencial não chega às mães Jornal GGN. 11 mai 2020 [acesso em 13 jun 2020] Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/o-auxilio-emergencial-nao-chega-as-maes-por-paola-loureiro-carvalho/>
28. Dall’Agnol, L. Mães que recebem bolsa família ficam sem auxílio emergencial. Agora São Paulo. Folha de São Paulo. 5 mai 2020. [acesso em 13 jun 2020]. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/05/maes-que-recebem-bolsa-familia-ficam-sem-auxilio-emergencial.shtml>
29. Pinheiro, L. Mães cientistas podem ter impacto negativo na carreira com pandemia, alerta grupo brasileiro. Bem Estar. G1. 15 mai 2020. [acesso em 12 jun 2020] Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/15/maes-cientistas-podem-ter-impacto-negativo-na-carreira-com-pandemia-alerta-grupo-brasileiro.ghtml>
30. Lustosa, MC et al. Ninguém solta a mão de ninguém: montanhismo, sexismo e sororidade. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional do CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero) do ISCSP. Lisboa; 2019.
31. IG Saúde. Isolamento pesou? Veja grupos de psicólogos que atendem on line e gratuitamente. 17 abr 2020. [acesso em 13 jun 2020] Disponível em: <https://saude.ig.com.br/2020-04-17/isolamento-pesou-veja-grupos-de-psicologos-que-atendem-on-line-e-gratuitamente.html>
32. Relações Simplificadas. Experiência de escuta. 2020. [acesso em 13 jun 2020]. Disponível em: <https://www.relacoessimplificadas.com.br/escuta>